

**Bruno Cavalcanti Angelin Mendes**

# **JULGAMENTOS DE CASOS REPETITIVOS**

**Critérios de Seleção dos  
Casos Paradigmáticos e  
Formação de Precedentes**

---

DANIEL AMORIM ASSUMPCÃO NEVES  
Prefácio

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO  
Apresentação

2021

**EDITORA**  
*Jus***PODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições *Jus*PODIVM

**Diagramação:** Equipe *Jus*PODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

M538j Mendes, Bruno Cavalcanti Angelin.

Julgamentos de Casos Repetitivos: Critérios de Seleção dos Casos Paradigmáticos e Formação de Precedentes / Bruno Cavalcanti Angelin Mendes – São Paulo: Editora JusPodivm, 2021.

256 p.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5680-450-7

1. Direito Processual Civil. 2. Julgamentos. I. Mendes, Bruno Cavalcanti Angelin. II. Título.

CDD 341.465

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

*Capítulo 1*

O MICROSSISTEMA DE GESTÃO E JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS .....	33
1.1 OS MEIOS PROCESSUAIS DE RESOLUÇÃO DOS LITÍGIOS DE MASSA NO CONTEXTO SOCIOJURÍDICO CONTEMPORÂNEO .....	35
1.1.1 Sociedade, conflitos de massa e insuficiência do processo individual: o papel da técnica processual diante da nova realidade .....	36
1.1.2 O acesso à ordem jurídica justa sob a perspectiva de uma tutela judicial em âmbito coletivo .....	39
1.1.3 O interesse pela disciplina jurídica das demandas repetitivas no Brasil e alguns aportes a partir da tutela coletiva no direito comparado .....	47
1.2 OS CASOS REPETITIVOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	55
1.2.1 Princípios informadores do microsistema dos casos repetitivos....	60
1.2.2 Natureza jurídica: incidente processual ou processo incidental? ....	62
1.2.3 O objeto dos incidentes e a técnica processual: caso-piloto ou procedimento modelo? .....	65
1.2.4 Cabimento e pressupostos para instauração.....	70
1.2.5 Elementos distintivos entre os incidentes: competência e legitimidade .....	78
1.2.6 Procedimento unificado de julgamento dos incidentes.....	81

*Capítulo 2*

A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PARA OS CASOS REPETITIVOS.....	89
2.1 TEORIAS DA DECISÃO I: COERÊNCIA E INTEGRIDADE DO DIREITO.....	90
2.1.1 Vetores interpretativos no discurso jurídico: a teoria da integridade e a crítica hermenêutica do direito .....	94
2.1.2 A independência funcional dos juízes e o dilema da discricionariedade das decisões judiciais .....	100

2.2	A COMPETÊNCIA SOB O ENFOQUE DOS CASOS REPETITIVOS.....	108
2.2.1	Competência para admissibilidade e julgamento do IRDR.....	109
2.2.2	Competência para admissibilidade e julgamento dos recursos repetitivos .....	119
2.2.3	Poderes e limites do órgão julgador na fase de admissibilidade .....	120
2.2.3.1	Decisão de admissão: preenchimento dos pressupostos legais de cabimento.....	124
2.2.3.2	Decisão de afetação: a delimitação da questão de direito e a seleção dos casos paradigmáticos.....	125

### *Capítulo 3*

---

	OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRAGEM NO JULGAMENTO SOB O RITO DOS REPETITIVOS.....	137
3.1	“SELEÇÃO” OU “ESCOLHA” DE CASOS? ACEPÇÃO, LEGITIMIDADE E QUANTIDADE.....	138
3.2	A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA AOS CASOS PARADIGMÁTICOS E A NECESSIDADE DE CRITÉRIOS COMO LIMITES AO TRIBUNAL .....	143
3.3	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS CASOS PARADIGMÁTICOS.....	147
3.3.1	Argumentação abrangente: atenção ao diálogo contributivo .....	149
3.3.1.1	Aspecto quantitativo: volume e diversidade de argumentos...	156
3.3.1.2	Aspecto qualitativo: conteúdo e completude das alegações...	159
3.3.2	Contraditório efetivo: aderência ao modelo participativo .....	164
3.3.3	Afetação subjetiva: participação e legitimidade dos sujeitos .....	168
3.3.3.1	A atuação em litisconsórcio e a figura do amicus curiae .....	169
3.3.4	Representação processual ampla: prestígio ao efetivo acesso à justiça .....	173
3.3.4.1	Primazia na seleção da ação coletiva em relação à ação individual.....	174
3.3.4.2	A representação e a atenção à técnica processual.....	180

### *Capítulo 4*

---

	TESE JURÍDICA E PRECEDENTES JUDICIAIS.....	185
4.1	TEORIAS DA DECISÃO II: RACIONALIDADE E VINCULAÇÃO.....	188
4.1.1	O sentido da racionalidade sistêmica cunhada pelo CPC/2015 .....	190

4.1.2	O dever de fundamentação da decisão de seleção dos casos paradigmáticos: coerência e integridade como pressupostos para a vinculação.....	195
4.2	TESE JURÍDICA E FORMAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES .....	199
4.2.1	Precedentes judiciais: notas propedêuticas.....	202
4.2.2	Qualidade e efeito vinculante das teses jurídicas firmadas pelos diversos tribunais em julgamentos de casos repetitivos .....	209
4.2.3	O julgamento de casos repetitivos no contexto do microsistema de formação de precedentes vinculantes.....	218
4.2.4	Efeitos e consequências processuais decorrentes do julgamento de casos repetitivos: as bases de um sistema? .....	222
4.3	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E PRECEDENTES .....	227
4.3.1	A seleção com base em critérios adequados como antecedente lógico e necessário à formação da <i>ratio decidendi</i> : coerência e integridade para a aplicação do precedente .....	227
	CONCLUSÃO .....	233
	REFERÊNCIAS .....	241